



Albano (E) e Oliveira Santos (D) levaram documento a Sarney

## Empresários temem por rumos da Constituinte

Depois de tecerem elogios ao Plano de Controle Macroeconômico como «um instrumento equilibrado e tecnicamente bem elaborado», os dirigentes da União Brasileira de Empresários, Antônio Oliveira Santos e Albano Franco, manifestaram ontem ao presidente José Sarney, num documento, suas preocupações com a possibilidade de que a Assembleia Nacional Constituinte venha a aprovar para o trabalhador a «estabilidade no emprego» e a «redução do tempo de trabalho semanal».

Disseram eles ao Presidente que «infelizmente, alguns pontos incorporados, precipitadamente, no primeiro esboço de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte se afastam, perigosamente dos princípios da livre iniciativa e da liberdade de atuação de seus agentes» — e adverte: «A nação acompanha a perspectiva de ruptura nas relações dos fatores de produção — do trabalho e do capital».

Para a União Brasileira dos Empresários, que representa as Confederações Nacionais patronais dos Transportes Marítimos, Terrestre, do Comércio, da Indústria, dos Bancos, da Agricultura, «o empresário nacional, grande ou pequeno, não pode calar-se ante a expectativa de uma catástrofe

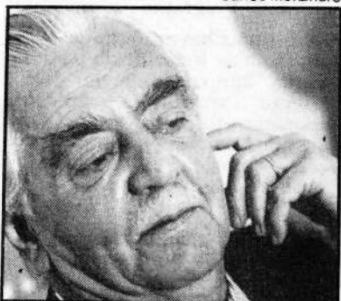
deliberadamente fabricada».

Observaram que «a estabilidade no emprego pode inviabilizar o progresso tecnológico e inibir o trabalhador em uma empresa, inibindo-o de mudar de emprego e de buscar no mercado melhores oportunidades e melhor salário». Segundo eles, 50 por cento dos trabalhadores brasileiros não têm vínculo empregatício formal.

Quanto à redução da duração semanal do trabalho salientam que «o Brasil não atingiu o estágio de País rico, que possa se dar ao luxo de conceder, hoje, benefícios que outros países só vieram a desfrutar ao cabo de longo processo de desenvolvimento». Para os empresários o assunto não deve ser tratado como um preceito constitucional, «mas resultar da negociação coletiva, livre e direta entre trabalhadores e empresários».

Abrem finalmente «um crédito de confiança à administração econômica e aceitam o ônus e os percalços de um congelamento temporário de preços e redução de suas margens de lucros», mas «a nação espera que o Governo — Executivo, Legislativo e Judiciário — também se incorpore a esse esforço nacional para enfrentar o desafio da hora presente», arrematam.

Carlos Merandro



Jânio é rejeitado

## Peemedebistas de São Paulo repelem Jânio

São Paulo — O movimento de aproximação com o PMDB que o prefeito Jânio Quadros vem fazendo nos últimos dias está causando uma verdadeira onda de protestos no partido do governador Orestes Quércia. Ontem, vereadores peemedebistas que fazem oposição ao prefeito chegaram a entoar um desafio a lideranças de seu partido que, porventura, estivessem de acordo com sua entrada na administração.

«Quero ver quem irá abonar uma ficha de filiação com o nome do prefeito», afirmou o líder do PMDB na Câmara Municipal, Arnaldo Madeira. Assim como o líder, outros vereadores também demonstraram preocupação com essa possibilidade, frente às eleições de 1988.

Os setores «progressistas» do partido garantem que é «quase impossível uma ligação futura de Jânio com o PMDB».

# Aeronáutica emite nota para condenar a anistia

O Ministério da Aeronáutica divulgou, ontem, um boletim para distribuir a todos os constituintes sobre a anistia para militares, onde condena claramente a proposta apresentada no projeto do relator Bernardo Cabral. No documento, os militares consideram inoportuna e impertinente a proposta que determina a reintegração imediata ao serviço ativo, com todos os direitos de promoção e ressarcimento, dos punidos por motivação política desde 1946.

A lei de Anistia e a Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, segundo os militares, abrangeram todos aqueles que foram punidos pelos atos institucionais, o que leva à conclusão de que «o que se postula, em termos, já foi concedido». O tenente-coronel Pedro Josino, assessor parlamentar, resumiu o pensamento do Ministério da Aeronáutica sobre a proposta de anistia: «Aquilo que já foi concedido, basta, pois a promoção é ilegal, a reintegração problemática e o ressarcimento, sem qualquer registro histórico é por tanto matéria inoportuna», afirmou.

O documento, distribuído ontem à imprensa, intitulado «Boletim Periódico», com 16 páginas, mostra uma análise da anistia para os militares, em seus tópicos centrais: promoção, reintegração e ressarcimento. «É um trabalho comparativo entre a pretensão, o direito, a realidade, o que já foi concedido em nossas conclusões», comentou Teixeira Paranhos, consultor jurídico do Ministério da Aeronáutica.

### Defesa

A proposta de reintegração, segundo o documento, fere o princípio da estrutura militar, que é baseada na hierarquia e disciplina. Na análise dos militares, o recebimento de alta soma em dinheiro, através do pagamento de atrasados, além do julgamento do ato revolucionário de cassação, são as principais metas dos defensores da anistia.

Outra questão abordada é quanto à possível ocupação de um cargo por um indivíduo despreparado e sem qualificação, prevenido de ser impossível evitar a desmoralização de autoridade e do posto — função que ele exerce.



Pedro Josino (à direita): «Aquilo que já foi concedido basta»

### Viagem ao México

O secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Antônio Frota Neto, confirmou ontem a data de 16 de agosto para a viagem que o presidente Sarney fará ao México, mas esclareceu que ainda falta a aprovação definitiva do programa, que poderá ser confirmado ainda esta semana.

Frota Neto informou, ainda, que no próximo dia 10 de agosto o presidente Sarney viajará para a cidade de Xingó, em Alagoas, para visitar a usina hidrelétrica, cumprindo uma promessa que fez durante a solenidade no Palácio do Planalto que instituiu o programa de emergência para suprimento de energia elétrica para o Nordeste.

### Newton notificado

O governador Newton Cardoso terá prazo até amanhã para esclarecer ao Sindicato dos Jornalistas de Minas as declarações que lhe foram atribuídas pelo jornalista Carlos Castello Branco, de que a posição da imprensa se resolve em «um cheque». No último sábado o governador desmentiu as declarações, mas o Sindicato resolveu manter a notificação. O Tribunal de Justiça fixou prazo de 48 horas para que a questão seja esclarecida. «A dignidade profissional dos jornalistas não pode ficar em dúvida», justificou o presidente do Sindicato.

## Só agora nova Carta começa a ser escrita

Salvador — O senador Luis Viana Filho (PMDB-BA) afirmou ontem, nesta capital, que somente a partir de agora começará de fato a elaboração de uma nova Constituição para o País. Segundo o senador, o tempo gasto até hoje serviu para que os defensores das variadas tendências amadurecessem as condições para um consenso, criando-se a consciência «do que uma Constituinte pode e do que não pode fazer e de que a Constituição de um País, para ser duradoura, não pode ser imposta por uma maioria a uma minoria».

Luis Viana Filho frisou que os debates realizados até agora dentro da Constituinte e na sociedade serviram sobretudo para mostrar aos constituintes os pontos em que se deve transigir para se conseguir o consenso necessário para fazer a Constituição. «Se houver imposição, a Constituição não funciona e não sobreviverá». Advertiu o senador baiano.

Atualmente, para o senador Luis Viana Filho, há a consciência entre os constituintes de que uma Constituição para ser forte, para sobreviver durante longo tempo, «tem que ser uma Carta flexível, tem que se adaptar aos vários interesses da sociedade, tem que se admitir que ela pode ser reformada, pode se ajustar no correr dos tempos com outras idéias».

## Quércia fala com Sarney e busca acordo

A Constituinte e um balanço equilibrado dos resultados da convenção do PMDB integrarão o ponto principal da conversa que o presidente José Sarney manterá, hoje, com o governador Orestes Quércia, durante almoço no Palácio da Alvorada. Quércia está preocupado em articular um encontro do Presidente com os outros 21 governadores do PMDB.

O almoço com o presidente Sarney foi pedido por Quércia, na segunda-feira da semana passada, no dia seguinte ao final da convenção peemedebista, e depois de um jantar em que sete governadores — Pedro Simon (RS), Waldyr Pires (BA), Moreira Franco (RJ), Quércia (SP), Marcelo Miranda (MS), Miguel Arraes (PE), José Aparecido (DF) — decidiram que era importante montar o arcabouço de um novo acordo político, com o próprio Presidente da República.

O governador Orestes Quércia já intensificou os contatos com seus colegas de outros estados e, em audiências separadas com vários deputados federais do PMDB paulista, começou a elaborar uma lista de temas «delicados» ligados à Constituinte, para compará-la com as que os outros governadores estão fazendo.

«É importante — observa o Governador paulista — manter o diálogo com as lideranças políticas do partido, para chegarmos ao meio termo na Constituinte. Os governadores não podem fugir de sua responsabilidade na elaboração da nova Constituição, até para evitar complicações no futuro».

Quércia e, especialmente, os governadores Miguel Arraes, Waldyr Pires, Pedro Simon, Pedro Ivo Campos (SC), Newton Cardoso (MG), Marcelo Miranda e Carlos Bezerra (MT), só para citar alguns — querem, na verdade, utilizar a liderança que possuem nos estados, para garantir uma «Constituinte avançada», ou no mínimo, mais adequada ao programa do PMDB.

Os governadores também estão dispostos, a exercitar a liderança junto à bancada peemedebista de seus estados para garantir o apoio do partido ao presidente Sarney e impedir um avanço do PFL sobre a máquina administrativa federal. Ontem, por exemplo, Quércia não escondeu seu desagrado com as notícias dos jornais de que Sarney ampliaria a participação do PFL nos cargos do segundo escalão: «Ache que não se deve mexer nos ministérios do PMDB. Se os partidos quiserem apoiar o Governo, tudo bem. Mas o Governo não pode fazer concessões».